

REVISÃO SOBRE O PATRIMÓNIO ISLÂMICO EM PORTUGAL: MONUMENTOS, SÍTIOS E CONJUNTOS ISLÂMICOS CLASSIFICADOS NO ALGARVE

Cátia Teixeira

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Artes e Humanidades
Núcleo de Alunos em Arqueologia e Paleoecologia
Campus Gambelas, 8005-139, Faro
catia.teixeira90@gmail.com

Roxane Matias

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Artes e Humanidades
Núcleo de Alunos em Arqueologia e Paleoecologia
Campus Gambelas, 8005-139, Faro
roxanematias7@gmail.com

Revisão sobre o Património Islâmico em Portugal: monumentos, sítios e conjuntos islâmicos classificados no Algarve

Cátia Teixeira

Roxane Matias

Historial do artigo:

Recebido a 07 de fevereiro de 2018

Revisto a 07 de maio de 2018

Aceite a 10 de maio de 2018

RESUMO

A ocupação islâmica no Algarve durante o período medieval, chamado outrora de *Gharb al-Ândalus*, deixou um legado fortemente vincado em muitas áreas da vida portuguesa algarvia. A literatura, a arte e os saberes nos revelam a sabedoria e o conhecimento de uma civilização que se destaca na história do medievo. Para além do legado imaterial, são os vestígios materiais que atestam a longa permanência muçulmana, ainda que o período da Reconquista tenha destruído a maior parte desses vestígios. Dentro da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural, deve existir e devem assegurar essa mesma proteção e valorização dos monumentos, sítios e conjuntos islâmicos que permaneceram até os nossos dias. A Lei para o Património, porém, não exerce as funções para as quais esta foi dirigida. Apesar de grande número de edificações islâmicas se encontrarem classificadas como Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público, deixam-nos dúvidas quanto ao estado de preservação das estruturas e divulgação do património para as comunidades locais. A carência em ações de restauro e proteção ainda necessitam de uma aproximação mais vincada. Salvaguardar o património cultural edificado em larga escala deverá ser um alvo principal a ser executado num futuro próximo, ou a isso esperamos.

Palavras-chave: Ocupação Islâmica, Algarve, *Gharb al-Ândalus*, Património Cultural, Proteção e Valorização.

ABSTRACT

The Islamic occupation of the Algarve during the medieval period, formerly known as *Gharb al-Ândalus*, left a legacy strongly marked in many areas of Algarve Portuguese life. Literature, art and knowledge reveal the wisdom and awareness of a civilization that stands out in the history of the Middle Ages. Besides the immaterial legacy, the material remains prove the long Muslim occupation in the region, although the period of the Reconquista destroyed most of these remains. Within the policy of protection and valuing of the Cultural Heritage, it must exist and it must guarantee that very same protection and valuing of the Islamic monuments, sites and building complexes that have remained until our days. However, the Heritage Act does not perform the functions and duties for which it was created. Although a larger number of Islamic sites are classified as National Monument and Property of Public Interest, they leave us doubts

in the state of preservation of the structures and exposure of the cultural heritage to the local communities. The lack of restoration and protection actions still require a more pronounced approach. Safeguarding the cultural heritage on a larger-scale should be a major focus to be implemented soon in the future, or so we hope.

Key-words: Islamic occupation, Algarve, *Gharb al-Ândalus*, Cultural Heritage, Protection and Valuing.

1. Introdução

A ocupação islâmica na Península Ibérica e, sobretudo, em Portugal, deteve uma influência significativa em várias áreas, algumas das quais ainda hoje estão a ser estudadas (CATARINO, 1995). Todavia é preciso recordar um aspeto essencial. As marcas são predominantes no sul mediterrânico, onde permaneceram mais tempo (AAVV, 1993). Desse modo, presença da civilização árabe no território algarvio está bem visível e merece um olhar atento.

De igual forma, o presente estudo pretende abordar, de forma sintética e concisa, o legado histórico islâmico vincado nas terras algarvias. Este legado foi outrora destinado a um grande poder político, militar, ao qual as grandes artes não foram esquecidas e mesmo saberes e/ou palavras permaneceram no tempo (AZEVEDO, 1994; MAGALHÃES, 2002). Ainda que fortemente vincadas, este legado islâmico poderá estar em risco de “extinção” (CATARINO, 1995). A falta de atenção, cuidado e preservação deste legado, tem levado a inúmeras questões quanto ao papel de proteção do património histórico-cultural em Portugal (AAVV, 1993; MAGALHÃES, 2002). Pretendemos com esta revisão demonstrar não só o conjunto de edificações islâmicas no espaço, como também alertar para casos preocupantes e, infelizmente, esquecidos pelas comunidades locais e entregues ao abandono.

A estrutura do presente estudo engloba primeiramente um enquadramento histórico sobre a ocupação islâmica no Algarve, seguindo-se por um segundo tópico sobre a Legislação existente na classificação atribuída aos Monumentos. A finalidade principal deste estudo consta no terceiro tópico sobre a identificação dos sítios, monumentos e conjuntos islâmicos, classificados como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público. Para cada sítio, monumento ou conjunto islâmico foi elaborado uma Ficha Técnica cujas categorias de registo possuem critérios em comum (existência de mecanismos como, por exemplo, proteção e salvaguarda). A Ficha Técnica trata-se de um recurso de informação assente em metodologias de identificação, documentação, estudo e divulgação do respetivo Património Cultural classificado aqui abordado. Por último, a discussão e conclusão irão abranger uma breve perceção deste estudo bem como possíveis críticas sobre a organização e preservação do Património Histórico-cultural.

2. Enquadramento histórico da ocupação islâmica no Algarve

Os cinco séculos de ocupação islâmica no território português identificam-se como um período riquíssimo em transformações no quadro geográfico, socioeconómico e cultural (MAGALHÃES, 2002). Em 711, os muçulmanos atravessaram o estreito de Gibraltar, dando início à conquista da Península Ibérica, o *al-Ândalus*. O ocidente peninsular de influência mediterrânica, o *Gharb al-Ândalus*, corresponde aproximadamente aos limites da antiga Lusitânia (AMARAL, 2002). Embora intensamente islamizado, não assumiu o protagonismo de outras regiões do *al-*

Ándalus, resistindo sempre aos processos de centralização do califado de Córdoba, e posteriormente de Sevilha (ÁVILA; MARÍN, 1997).

O *Gharb* incluía cinco territórios principais correspondentes a Coimbra, ao estuário do Tejo, ao Alto Alentejo, ao Baixo Alentejo e ao Algarve. Estes territórios estendiam-se ainda para a atual Estremadura espanhola e Andaluzia Ocidental. Destacavam-se as cidades de Coimbra, Lisboa, Santarém, Silves, Mértola, Faro, Mérida e Badajoz (MATOS, 1999). Desta forma, ao chegar à Península Ibérica (*al-Ándalus*), os muçulmanos souberam aproveitar a decadência do reino visigótico, proporcionando a conquista islâmica pelo espaço (MEDINA, 1997; AMARAL, 2002).

A estratégia de ocupação operada no território do *Gharb* pelos primeiros muçulmanos a chegar à Península Ibérica basear-se-ia no estabelecimento de consensos e na elaboração de acordos com as populações. Procuravam islamizar estas populações, passando estas a denominarem-se por Moçárabes (MATTOSO, 1985; MEDINA, 1997). Os Moçárabes gozavam de liberdade de culto e tinham leis próprias (SIDARUS, 1986). Devido a uma mescla de culturas e comunidades no território do *Gharb*, as marcas muçulmanas tornaram-se pouco homogêneas, abrangendo um amplo espectro de diversificação em toda a Península (ALMEIDA, 1986).

A presença muçulmana em Portugal desenvolveu-se nos centros urbanos de *al-Usbuna* (Lisboa) e *Santarín* (Santarém) (MATOS, 1999). No Baixo Alentejo, nas cidades ocupadas pelas comunidades árabes foram *Baja* (Beja) e *Martula* (Mértola) respetivamente. No Algarve, a presença muçulmana manteve-se durante seis séculos, dos quais surgiram *Silb* (Silves) e *Santa Mariya al-Harum* (Faro) (COUTINHO, 2001). Os árabes, designação genérica de um conjunto de populações berberes, sírias, egípcias e outras, substituíram os antigos senhores visigodos. Mostraram-se, em geral, tolerantes com os usos e costumes locais, admitindo as práticas religiosas das populações submetidas e criando condições para os frutíferos contatos económicos e culturais que se estabeleciam entre cristãos e muçulmanos (MEDINA, 1997).

Quanto aos vestígios materiais da longa permanência muçulmana ficam aquém das expectativas, principalmente porque a política cristã de reconquista foi a de "terra arrasada" (MEDINA, 1997). Mas restaram alguns elementos que atestam este período na história portuguesa, principalmente nas muralhas e castelos, bem como no traçado de ruelas e becos de algumas cidades do sul do país. Não restaram grandes monumentos, fato que se explica pela situação periférica do território português em relação aos grandes centros culturais islâmicos do sul da península (MATOS, 1999). Em Portugal é exemplo a igreja Matriz de Mértola, que é das únicas estruturas em que se reconhecem os traços de uma mesquita (GOMEZ MARTÍNEZ, 2008). São, igualmente testemunhos da ascendência árabe, os terraços das casas algarvias, as artes decorativas, os azulejos, os ferros forjados e os objetos de luxo, como os tapetes, os trabalhos de couro e em metal (AZEVEDO, 1994; GOMEZ MARTÍNEZ, 1997). É de salientar que, com a tradução de inúmeras obras científicas, desenvolveram-se a química, a medicina e a matemática, sendo de origem árabe o sistema de numeração ocidental (SIDARUS, 2005). A influência árabe foi particularmente importante na vida rural, sendo determinante no desenvolvimento de técnicas de regadio, através da introdução de novas plantas, limoeiros, laranjeiras azedas, amendoeiras, desenvolvimento da cultura da oliveira, da alfarrobeira, da plantação de grandes pomares, como por exemplo, os famosos figos e uvas do Algarve, bem como, provavelmente, o arroz (AMARAL, 2002). Todas estas novas implementações reforçaram a vocação agrícola da região mediterrânea.

A ocupação islâmica não provocou alterações na estrutura linguística, que se manteve latina, mas contribuiu com mais de 1000 novos vocábulos (AZEVEDO, 1994), sobretudo, substantivos referentes ao vestuário, mobiliário, agricultura, instrumentos científicos e utensílios diversos (ÁVILA, MARÍN, 1997; SIDARUS, 2005). As constantes lutas internas contribuíram para o avanço cristão que, lentamente, foi empurrando os muçulmanos para sul. A luta entre cristãos e muçulmanos arrastou-se, com avanços e recuos, ao longo de seis séculos, sendo o Algarve acrescentado ao território português em 1249, no reinado de Afonso III (MEDINA, 1997; TAVEIRA, 2009).

No que diz respeito aos primeiros trabalhos arqueológicos de que há notícia tiveram lugar em Mértola em 1877, seguindo depois para Alcoutim, Castro Marim, percorrendo a região algarvia seguindo de Oriente para Ocidente (TAVEIRA, 2009). Os trabalhos foram levados a efeito por Estácio da Veiga, no âmbito da realização da Carta Arqueológica do Algarve, atividade que empreendia de acordo com o contrato estabelecido com o governo de então. Conhecemos hoje, com bastante pormenor, o seu percurso e atividades devido à publicação dos volumes das “Antiguidades *Monumentaes* do Algarve” (VEIGA, 1886; 1887; 1891). Para além de Estácio da Veiga, Helena Catarino bem como Teresa Júdice Gamito contribuíram de forma significativa para a investigação arqueológica em Portugal. Por exemplo, o catálogo dos sítios que Helena Catarino prospetou e registou no âmbito do seu trabalho, revelou factos essenciais sobre o povoamento islâmico no Alto Algarve Oriental (CATARINO, 1995; TAVEIRA, 2009).

3. Legislação portuguesa de Património Cultural Classificado

“Os bens que integram hoje o Património Cultural existem desde o momento em que o homem deixou vestígios da sua presença e atividade, dando lugar a objetos de todo o tipo, desde de obras de arte até objetos de caráter meramente utilitário. Todavia, o reconhecimento do seu valor, enquanto testemunho significativos da atividade humana, é fenómeno recente.”

LAMEIRA, 2006.

As leis de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural, de acordo com a Lei 107/2001 de 8 de setembro (DGPC), integra as ações promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública. Tem como base assegurar, no território português, a efetivação do direito à cultura e dos respetivos valores no domínio da Constituição Portuguesa. Esta lei ainda faz menção ao estabelecimento das bases da política, do regime de proteção e valorização do património cultural. É preciso ter em conta que o Património Cultural acarreta uma relevância extremamente fundamental para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional. Contudo, será esta a realidade atual do nosso património edificado?

No seguimento da Lei 107/2001 de 8 de setembro, o Artigo 2º (Conceito e âmbito do património cultural) elabora o seguinte: “(...) integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização.” Em suma, é levado em consideração o interesse cultural relevante, enumerando as seguintes designações: histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, refletindo valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.

O Artigo 18º refere claramente o seguinte: *“Entende-se por classificação o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.”* Portanto, de acordo com o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda segundo o Decreto-Lei 309/2009 de 23 de outubro (DGPC), é tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o património cultural. A classificação do Património Cultural pretende a realização da dignidade da pessoa humana, bem como objeto de direitos fundamentais.

De facto, todos esses fatores são de extrema importância, levando-nos a debater porque alguns dos monumentos são reivindicados pelas autarquias locais, enquanto outros são esquecidos por essas mesmas comunidades. Não são todos os conjuntos ou monumentos históricos legados que mereçam especial atenção? O que distingue a valorização dada a uma fossa islâmica em oposição a um castelo almorávida? Será a fossa menos importante devido à sua funcionalidade e dimensão? Mas ambas possuem um legado histórico de uma civilização defunta, e nenhuma deve ser menos importante que a outra, ambas constituem um papel na sociedade que as construiu e utilizou. A “marca” ou o destaque que imprimem em certos tipos de vestígios histórico-culturais permanece atualmente, e é sobre essa distinção equívoca e injusta que esta revisão pretende aludir, para além de abordar o conjunto de edificações islâmicas no espaço algarvio.

“O entendimento da proteção do Património Cultural, como a sua divulgação e usufruto, exige, e cada vez mais, uma visão integrada das suas diversas manifestações, sejam materiais, nossos bem robustos castelos ou palácios, ou imateriais como os tradicionais e ameaçados processos de fabrico de chocalhos ou obras de barro preto de Bisalhães.”

Vassalo e Silva, 2017.

4. Monumentos Islâmicos Classificados: Revisão e Ficha Técnica

4.1. Concelho de Albufeira

4.1.1. Castelo de Paderne (vd. Quadro 1.)

A fortificação muçulmana de Paderne situa-se num monte denominado Paderna (vd. Figura 1.), do qual recebeu o nome. Paderna apresenta cerca de 90 metros de altura, localizada na margem esquerda da ribeira de Quarteira (GONÇALVES, 2002). O conjunto arquitetónico do Castelo de Paderne recua ao período de ocupação muçulmana do *Gharb al-Andalus*. Fortificação militar com a configuração de fortaleza, Paderne utilizou a taipa militar como elemento construtivo. A existência de torres albarrãs e o acesso principal em “*skifa*” (cotovelo) são também características almodadas (*idem*).

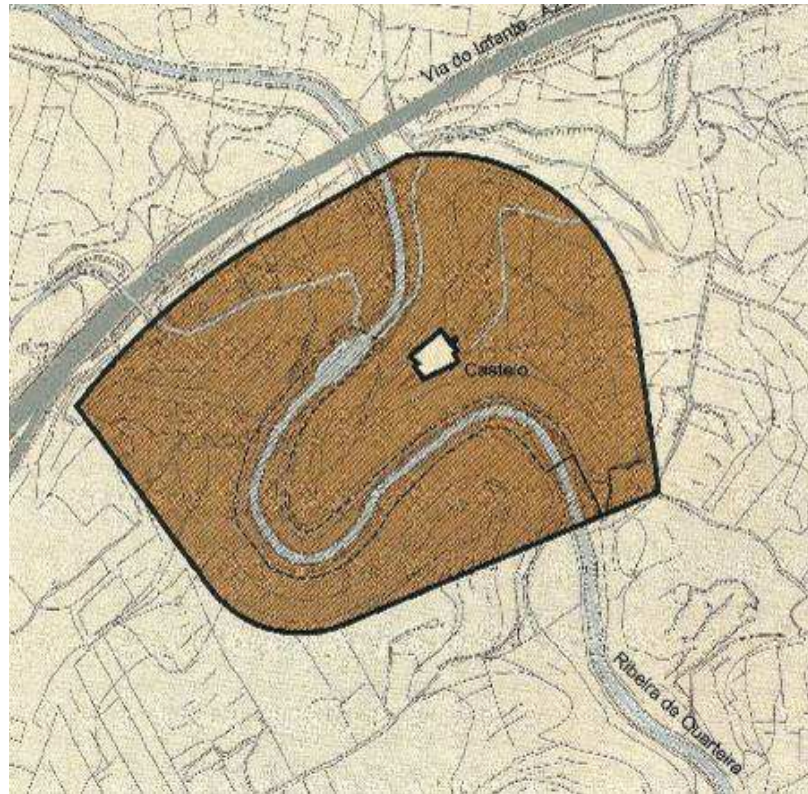


Figura 1. Limite da Zona de Proteção do Castelo de Paderne, Albufeira. Fonte: Magalhães, 2008.

Nos anos 80, foram dirigidas, sob a orientação da arqueóloga Helena Catarino, duas campanhas arqueológicas. A primeira, em 1987, contou com a utilização do sistema de quadrículas, onde se encontraram cerâmicas, restos osteológicos, uma faca e uma tesoura. A segunda campanha, em 1988, constou numa campanha de remoção do entulho que ali se encontrava desde a época do seu abandono (GONÇALVES, 2002). As muralhas encontravam-se em péssimo estado de conservação, existindo zonas em vias de ruir (**vd. Figura 2.**). Nos anos de 1985 e 1986 foram realizadas obras de recuperação pela DGEMN que consistiram na introdução de elementos de alvenaria em pedra em alguns sítios da muralha (*idem*). Entre 2004 e 2006, em obra de conservação e requalificação, promovida pelo então IPPAR, foram utilizados dois métodos de restauro de taipa, um método tradicional (cofragem composta por dois taipais verticais) e um método inovador (cofragem composta por um único taipal) (MAGALHÃES, 2008). No dia 28 de Julho de 2017 foi assinado um contrato para a empreitada da obra de restauro e conservação dos módulos de taipa almóada da Torre Albarrã do Castelo de Paderne. As obras vão ser executadas em duas fases, a primeira em 2017 e a segunda em 2018 (Autarquia de Albufeira, 2017).



Figura 2. Local de entrada para o Castelo de Paderne, Albufeira. **Fonte:** DGPC, 2017.

Atualmente, o Castelo de Paderne encontra-se aberto ao público e possui um efeito cenográfico que é multiplicado à noite, graças à iluminação instalada pela Região de Turismo do Algarve.

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A construção do Castelo de Paderne terá sido efetuada durante o domínio da dinastia almóada, nos séculos XII e XIII (GONÇALVES, 2002)
Divisão Administrativa	Faro / Albufeira / Paderne
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público

Ficha Técnica	
Decreto de lei	Decreto n.º 516/71, DG, I Série, n.º 274, de 22-11-1971
Coordenadas	37° 09.431' N 8° 12.006' O

Quadro 1. Ficha Técnica do Castelo de Paderne, Albufeira. **Fonte:** Autora.

4.2. Concelho de Alcoutim

4.2.1. Castelo “Velho” de Alcoutim (vd. Quadro 2.)

Quando subimos o Guadiana de barco ou viajamos pela estrada marginal ao rio, chegamos à vila de Alcoutim, situada nas serranias do nordeste algarvio (vd. **Figura 3.**). O Castelo “Velho” situa-se posicionado sobre o rio (CATARINO, 2004). O Castelo “Velho”, edificado em xisto e grauvaque, é na sua origem um pequeno alcácer do Período Omíada, composto por dois recintos fortificados, ambos de planta retangular. Ocupa uma localização estratégica que favorecia o fácil controlo visual (MAGALHÃES, 2008).

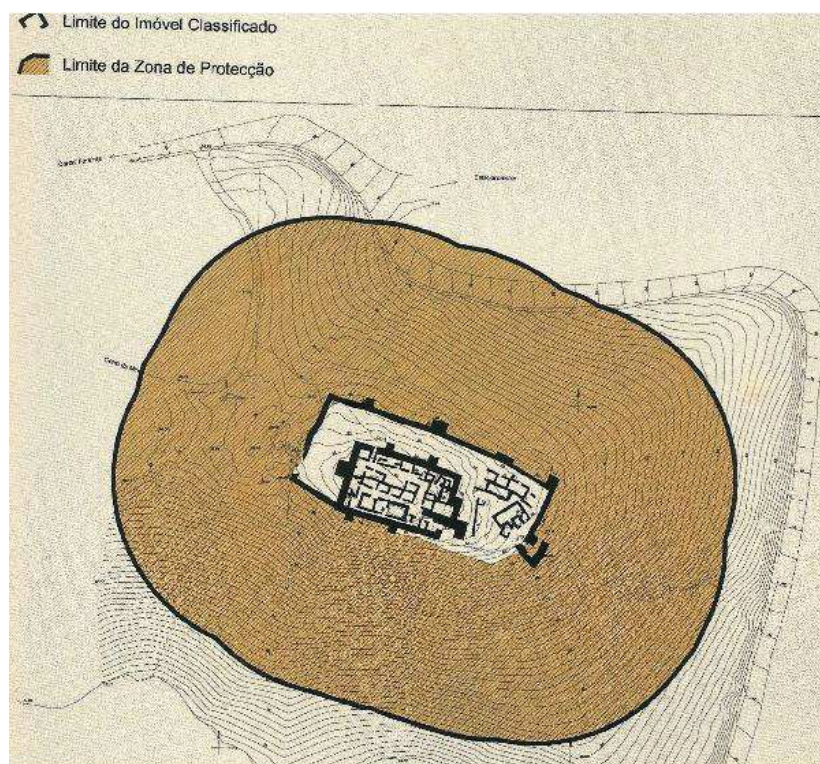


Figura 3. Limite da Zona de Protecção do Castelo “Velho” de Alcoutim, Alcoutim. **Fonte:** Magalhães, 2008.

As pesquisas arqueológicas foram iniciadas em 1985, com escavações realizadas durante a época balnear. De toda a área abrangida pelo monumento (espaços amuralhados e exterior) (vd. **Figura 4.**), só uma pequena parte foi posta a descoberto (CATARINO, 2004). Contudo, o

conjunto já visível permite-nos ter uma ideia da sua organização espacial. Foram identificados diversos compartimentos, tais como, pátios, ruas, cozinha, quartos que configuram um complexo habitacional (MAGALHÃES, 2008). As escavações efetuadas, desde 1985 a 2003, revelaram quase sempre a associação de metais, sendo a presença maioritária de manganês, e pouca densidade de cobre, antimónio, prata, chumbo e outros minerais (Portal do Arqueólogo, 2017).



Figura 4. Estruturas do Castelo “Velho” de Alcoutim, Alcoutim. **Fonte:** Site Autárquico de Alcoutim, 2017.

Hoje o local está protegido por uma rede, mas apresenta certas condições dadas ao abandono, como a falta de manutenção da vegetação local (MAGALHÃES, 2008). No entanto, a autarquia de Alcoutim providencia visitas guiadas com marcação prévia, continuando a ter alguma relevância para a comunidade local.

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A primeira fase de ocupação corresponde ao período Emiral. Na segunda fase, já no período Califal, houve uma reestruturação do conjunto devido aos sucessivos incêndios a que foi alvo. Nos reinos dos Taifas dá-se a remodelação da muralha no setor este. No período Almorávida, o alcácer é novamente destruído e abandonado definitivamente (MAGALHÃES, 2008)
Divisão Administrativa	Faro / Alcoutim / Alcoutim e Pereiro
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997
Coordenadas	37° 28' 50.9" N 7° 28' 20.4" O

Quadro 2. Ficha Técnica do Castelo “Velho” de Alcoutim, Alcoutim. **Fonte:** Autora.

4.3. Concelho de Aljezur

4.3.1. Castelo de Aljezur (vd. Quadro 3.)

O Castelo de Aljezur encontra-se implantado numa zona onde não se registam habitações, pelo que o castelo se destaca na paisagem, isolado (vd. **Figura 5.**). A partir das muralhas pode ser observado a leste a zona da ribeira de Aljezur, para oeste o litoral marítimo da costa Vicentina (MAGALHÃES, 2008). O Castelo de Aljezur evidencia a longa diacronia do período Islâmico, a par do topónimo local (origem árabe *al-jaziira*), resultado das boas condições geoestratégicas que o caracterizam. O Castelo de Aljezur foi o último castelo a ser conquistado no Algarve. Em 1246, com a conquista definitiva do Algarve, o castelo passou para a posse do rei português, que deverá ter empreendido algumas reformas (*idem*).

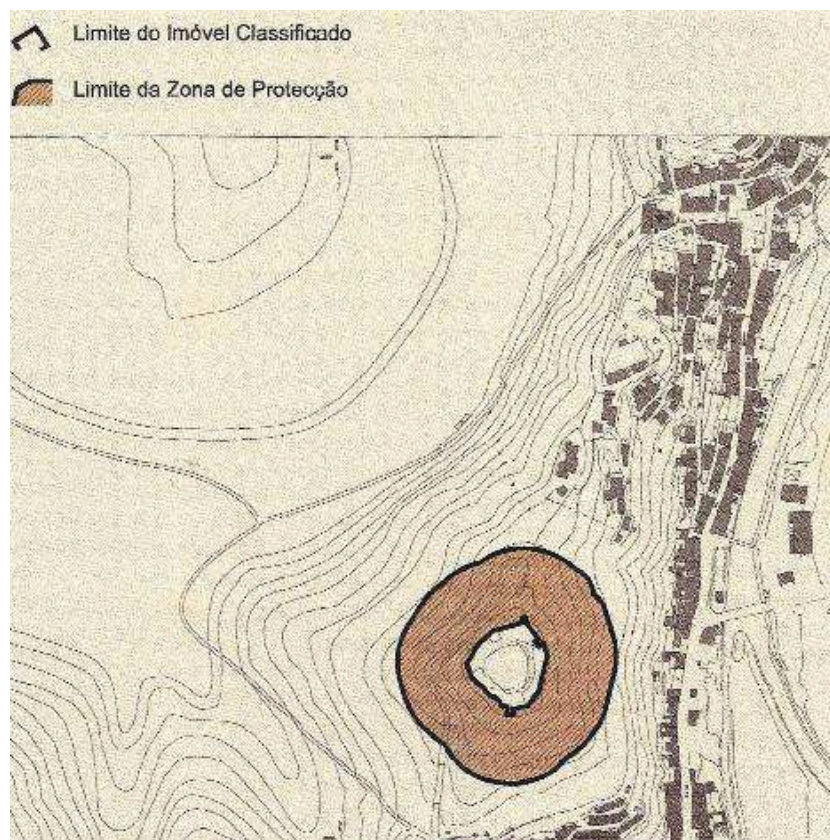


Figura 5. Limite da Zona de Protecção do Castelo de Aljezur, Aljezur. **Fonte:** Magalhães, 2008.

Em 1988, foi realizado um levantamento arqueológico dos concelhos de Aljezur e Monchique pelo responsável João Carlos Muralha Cardoso. Em 2004, foram realizadas sondagens arqueológicas com o intuito de determinar o antigo traçado da muralha do castelo (vd. **Figura 6.**). Em 2005, o então IPPAR adjudicou a obra "Estabilização e contenção do talude sob as fundações das muralhas do castelo de Aljezur", que teve como objetivo reforçar os taludes escavados na encosta noroeste (Portal do Arqueólogo, 2017).



Figura 6. Vista panorâmica do Castelo de Aljezur, Aljezur. **Fonte:** Site Autárquico de Aljezur, 2017.

No ano 2000, o então IPPAR realizou uma primeira intervenção de urgência com vista às fundações das muralhas. Em 2006, esta obra foi concluída. Em 2008, foi realizada a “Proteção das Estruturas Arqueológicas e Consolidação de Construções, no interior do Castelo”, conduzida pela Direção Regional de Cultura do Algarve. Embora ainda em mau estado de conservação, mantém a cerca de muralhas e duas torres (MAGALHÃES, 2008). Encontra-se atualmente aberto ao público, com entrada livre (Autarquia de Aljezur, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A estrutura fortificada fazia parte do sistema defensivo do território de Silves durante os Períodos Almóada e Terceiras Taifas referentes aos séculos XII e XIII (MAGALHÃES, 2008)
Divisão Administrativa	Faro / Aljezur / Aljezur
Situação Atual	Classificado
Categoria de	Imóvel de Interesse Público

Ficha Técnica	
Proteção	
Decreto de lei	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977
Coordenadas	37° 18.969' N 8° 48.304' O

Quadro 3. Ficha Técnica do Castelo de Aljezur, Aljezur. **Fonte:** Autora.

4.3.2. *Rîbat* de Arrifana (vd. Quadro 4.)

O complexo de estruturas que constituem o *Rîbat* da Arrifana ocupa a pequena península denominada por Ponta da Atalaia. As presentes estruturas encontram-se delimitadas por altas escarpas que caem, quase verticalmente, sobre o oceano (vd. Figura 7.). A Ponta da Atalaia localiza-se a pouco mais de 6 km a poente de Aljezur, e inclui-se na zona outrora chamada Arrifana (GOMES; GOMES, 2008). O *Rîbat* da Arrifana trata-se de um convento-fortaleza, consagrado à oração e vigilância da costa. Este local terá servido como local de inspiração de *Ibn Qasi* (uma das principais figuras do mundo político e religioso do *al-Ândalus*). Até o momento, trata-se do único *Rîbat* reconhecido no atual território português e o segundo na Península Ibérica (*idem*).



Figura 7. Limite da Zona de Proteção do *Rîbat* da Arrifana, Aljezur. **Fonte:** DGPC georreferenciação, 2017.

O *Rîbat* da Arrifana foi identificado por Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes em 2001. Depois da limpeza superficial de duas zonas, essas áreas foram escavadas durante o mês de Agosto do ano seguinte. As escavações permitiram reconhecer três mesquitas com *qiblas* e *mihrrabs* (vd. Figura 8.). O espólio exumado não foi abundante, com evidências de cerâmicas e alguns artefactos metálicos (GOMES, GOMES, 2008; Autarquia de Aljezur, 2017).



Figura 8. Aproximação às estruturas do *Ribat* da Arrifana, Aljezur. **Fonte:** Site Autárquico de Aljezur, 2017.

Espera-se que surja algum apoio por parte da Câmara Municipal de Aljezur dada a importância histórica do local. As áreas escavadas foram rodeadas por uma rede de plástico verde, atada a suportes de ferro, mas permitindo boa visibilidade das ruínas (GOMES; GOMES, 2008). Encontra-se atualmente aberto ao público, com entrada livre. Encontram-se disponíveis as publicações das campanhas arqueológicas realizadas no local (Autarquia de Aljezur, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Religiosa e Militar / Convento-fortaleza
Cronologia	O <i>Ribat</i> terá sido construído em torno de 1130 e abandonado a partir de 1151 (GOMES, GOMES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Aljezur / Aljezur
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 25/2013, DR, 1.ª série, n.º 142, de 25-07-2013
Coordenadas	37°19'9,0488"N 8°52'36,1315"O

Quadro 4. Ficha Técnica do *Ribat* da Arrifana, Aljezur. **Fonte:** Autora.

4.4. Concelho de Faro

4.4.1. Fortaleza ou Muralhas de Faro (vd. Quadro 5.)

As muralhas de Faro estão delimitadas a sul pelo Largo de São Francisco, a nascente pela Rua José Maria Brandeiro, a poente pela linha do caminho-de-ferro, e a norte pela Praça Dom Francisco Gomes (vd. Figura 9.). A muralha que delimita a Vila-a-Dentro terá tido uma pré-existência visigótica e mais tarde romana. Na segunda metade do século IX, o governador islâmico *Yahya ibn Bakr* reforçou as muralhas e proveu a cidade com portas de ferro. A alcáçova situava-se no canto sudoeste do espaço amuralhado e apresentava, em todo o seu perímetro, muralhas com torreões (MAGALHÃES, 2008).

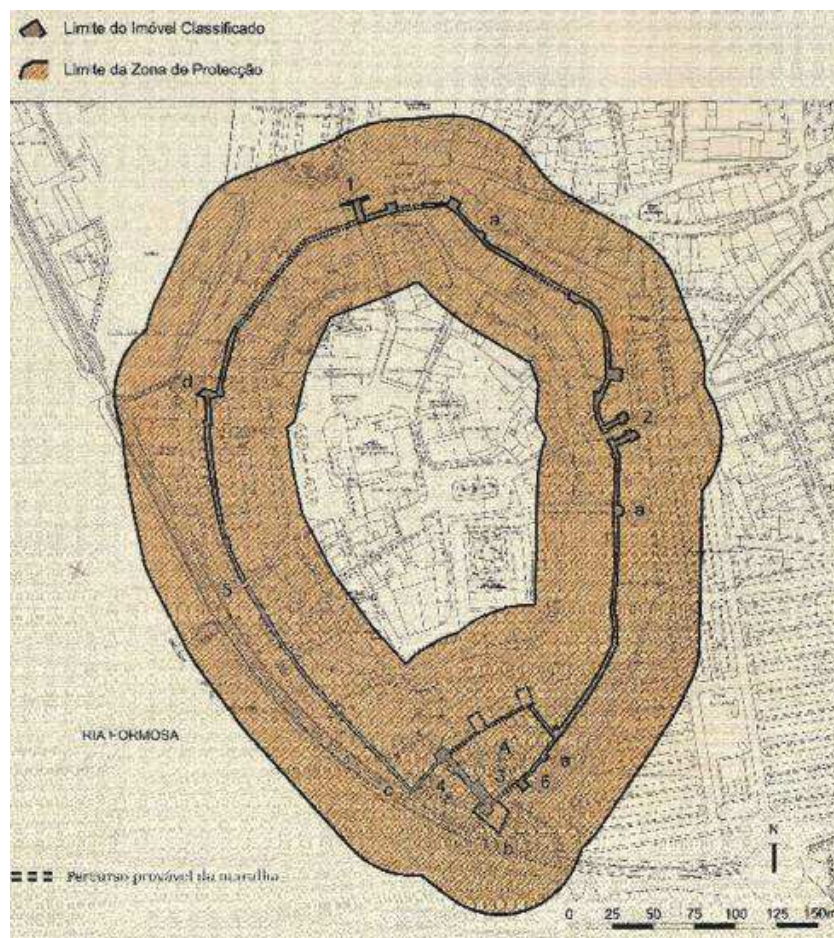


Figura 9. Limite da Zona de Protecção da Fortaleza/Muralha de Faro, Faro. Fonte: Magalhães, 2008.

Foi alvo de apenas uma única sondagem sob a orientação de Adriaan Louis De Man, para definir a articulação da torre com a muralha e o seu substrato (Portal do Arqueólogo, 2017) (vd. Figura 10.).



Figura 10. Zona do Largo de São Francisco da Fortaleza/Muralha de Faro, Faro. **Fonte:** DGPC, 2017.

O recinto amuralhado foi alvo de sucessivos restauros e adaptações. Na atualidade, o percurso da muralha está bem demarcado do conjunto da atual cidade (MAGALHÃES, 2008). A Câmara Municipal de Faro tem vindo a promover diversas ações de forma a salvaguardar, qualificar e dinamizar a zona antiga da cidade, bem como valorizar e dignificar o centro histórico e patrimonial (Autarquia de Faro, 2017). A Fábrica da Cerveja Portugália prepara-se para ser convertida em Museu na sequência da compra, por parte da Câmara Municipal de Faro (MAGALHÃES, 2008).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Fortaleza
Cronologia	A data de execução remonta ao período romano, sendo ocupada e reformada durante o período Emiral-Califal do século IX (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Faro / Faro (Sé e São Pedro)
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 45/93, DR, I Série-B, n.º 280, de 30-11-1993
Coordenadas	37° -1' 9" N 7° 56' 3" O

Quadro 5. Ficha Técnica da Fortaleza/Muralha de Faro, Faro. **Fonte:** Autora.

4.5. Concelho de Loulé

4.5.1. Castelo de Loulé (vd. Quadro 6.)

O Castelo de Loulé localiza-se no Largo Pedro I, na freguesia de São Clemente, em Loulé. O castelo, de origem árabe, possuía um grande perímetro amuralhado, parte do qual ainda é visível (vd. **Figura 11.**). Voltada para a Rua da Barbacã destaca-se uma torre albarrã de alvenaria, datada da Baixa Idade Média. Outra das torres visíveis é a denominada Torre de Vela, também esta uma torre albarrã de taipa (MAGALHÃES, 2008).



Figura 11. Limite da Zona de Protecção do Castelo de Loulé, Loulé. Fonte: Magalhães, 2008.

A intervenção arqueológica, por ocasião da sua adaptação ao Arquivo Histórico, documentou estratos arqueológicos que vão do período islâmico (identificado por moedas) ao período medieval cristão, de que foi registado um vasto incêndio na época (MAGALHÃES, 2008). Foram realizados trabalhos de conservação e restauração ao longo do século XX. Os elementos remanescentes do Castelo, apesar de terem a tutela do IGESPAR, são cuidados pela Câmara Municipal de Loulé que, há muito, vem procedendo à requalificação desta zona histórica e à valorização da imagem do castelo e da muralha (*idem*) (vd. Figura 12.).



Figura 12. Muralhas do Castelo de Loulé, Loulé. **Fonte:** DGPC, 2017.

Atualmente, o interior do castelo é utilizado como museu e como biblioteca municipal (Câmara Municipal de Loulé, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A construção do castelo está associada às épocas Almorávida (séculos XI e XII) e Almóada (séculos XII e XIII), devido à utilização da taipa militar na execução das torres e muralhas (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Loulé / Loulé (São Clemente)
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 9 842, DG, I Série, n.º 137, de 20-06-1924
Coordenadas	37° 08.369' N 8° 01.428' O

Quadro 6. Ficha Técnica do Castelo de Loulé, Loulé. **Fonte:** Autora.

4.6. Concelho de Monchique

4.6.1. Sítio arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce (vd. Quadro 7.)

O Cerro do Castelo de Alferce localiza-se na Serra de Monchique, no sítio da Pedra Branca, na freguesia de Alferce, concelho de Monchique. Encontra-se protegido pelos montes circundantes no cimo de um cabeço elevado na parte oriental da serra da Picota (MAGALHÃES, 2008) (vd. **Figura 13.**). O Castelo de Alferce revela dois períodos de ocupação claramente distintos. A primeira ocupação regista a presença de fortificações da Idade do Bronze, e a segunda ocupação relata para uma reconstrução no século VIII pelos muçulmanos. Esta segunda fase terá servido de refúgio militar de apoio ao Castelo de Silves, apresentando uma fundação de *hisn*-refúgio (*idem*).

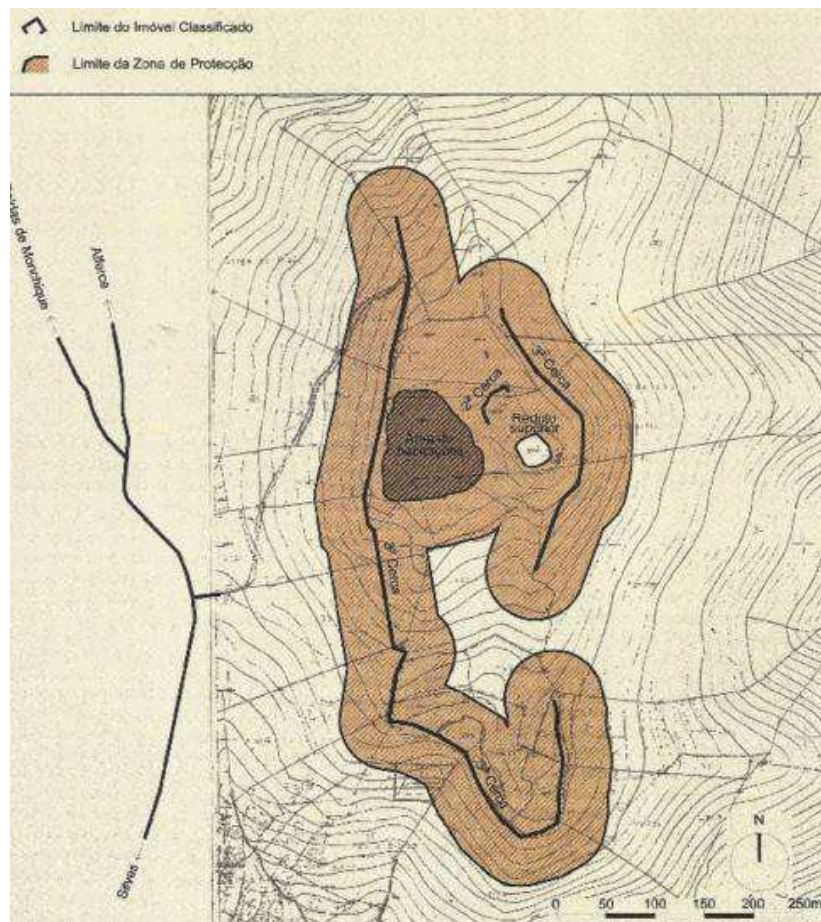


Figura 13. Limite da Zona de Proteção do Cerro do Castelo de Alferce, Monchique. **Fonte:** Magalhães, 2008.

Em 2002, foi realizada uma sondagem pelo responsável Mathieu Grangé, no qual ainda se aguarda a ficha de trabalho arqueológico. No âmbito das Jornadas Europeias do Património em 2014, foi organizado, após a primeira visita guiada ao Sítio Arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce, uma intervenção de desmatagem da vegetação intensa, resultando em dados novos. O segmento amuralhado aparenta estar articulado com o torreão defensivo existente no canto nordeste da fortificação islâmica (Portal do Arqueólogo, 2017) (vd. **Figura 14.**).



Figura 14. Sondagens no Cerro do Castelo de Alferce, Monchique. **Fonte:** DGPC, 2017.

Apenas restam vestígios de alguns muros e de uma cisterna, escondidos no meio de vegetação e entre sobreiros (MAGALHÃES, 2008). Atualmente, o trabalho regular da Câmara de Monchique, da Junta de Freguesia de Alferce e dos proprietários dos terrenos onde se situa o sítio arqueológico tem vindo a realizar campanhas de sondagem para averiguar a utilização deste complexo arqueológico. Estes trabalhos têm permitido que a vegetação não volte a cobrir de novo os vestígios arqueológicos. Existe um esforço por divulgar os resultados através da publicação de artigos por meio das campanhas arqueológicas realizadas no local (Câmara Municipal de Monchique, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arqueologia Militar / vestígios de Castelo
Cronologia	Inicialmente um povoado da Idade do Bronze, o Castelo de Alferce teve continuidade de ocupação até o fim da Época Emiral, entre finais do século X e inícios do século XI (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Monchique / Alferce
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Portaria n.º 429-A/2013, DR, 2.ª série, n.º 123 (suplemento), de 28-06-2013
Coordenadas	37° 20' N 8° 29' 22" O

Quadro 7. Ficha Técnica do Cerro do Castelo de Alferce, Monchique. Fonte: Autora.

4.7. Concelho de Portimão

4.7.1. Ruínas do antigo Castelo ou Forte de Alvor (vd. Quadro 8.)

O Castelo ou Forte de Alvor localiza-se no Largo do Castelo na localidade e freguesia de Alvor, concelho de Portimão (vd. Figura 15.). As origens do castelo recuam, com certeza, ao período islâmico, localizado na urbe islâmica de Alvor designada por *Al-Bur* (MAGALHÃES, 2008). No entanto, pouco se conhece desta edificação islâmica, quer do ponto de vista documental, quer da investigação arqueológica. A porta principal, voltada a norte, é o principal elemento original remanescente, com a sua figuração em cotovelo, que seria provavelmente defendida por uma torre albarrã (*idem*).

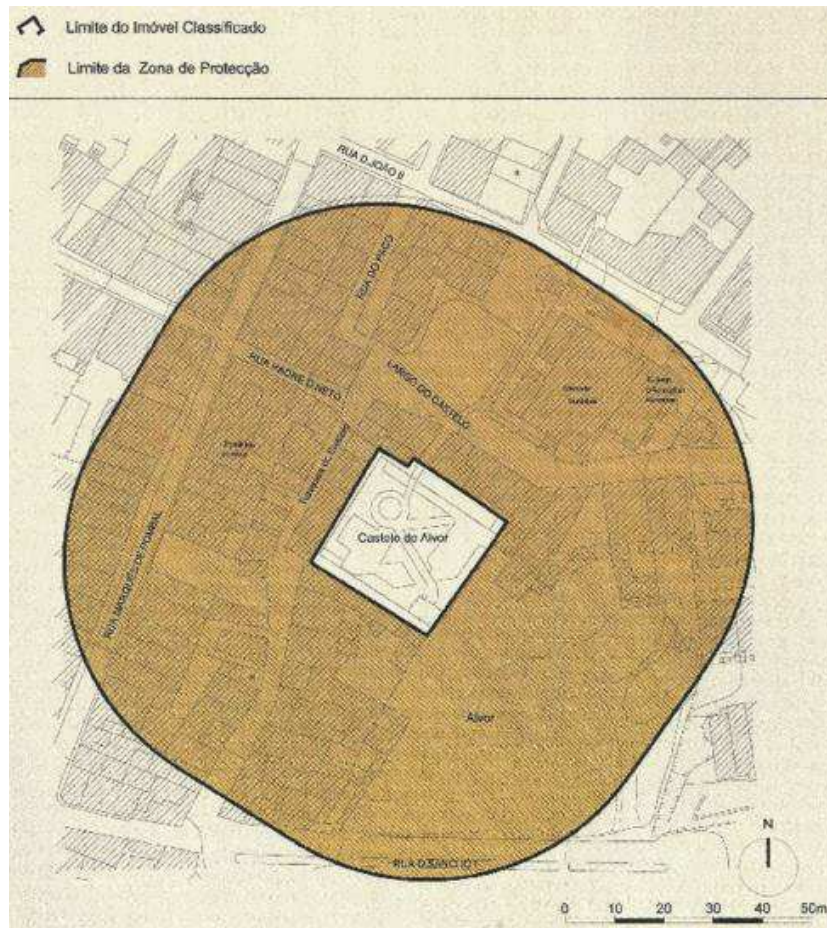


Figura 15. Limite da Zona de Protecção do antigo Castelo/Forte de Alvor, Portimão. **Fonte:** Magalhães, 2008.

Os vestígios amuralhados foram alvo de realocização e identificação pela extensão do IPA em 1999 e 2002 (Portal do Arqueólogo, 2017). Durante o período cristão foi adaptado a uma estrutura de vigia da costa, mas nunca foi alterado o seu traçado inicial (**vd. Figura 16.**). Nos últimos anos, o Castelo ou Forte de Alvor tem sido sucessivamente ameaçado pela intensa pressão urbanística. Encontra-se, atualmente, em ruínas (MAGALHÃES, 2008).



Figura 16. Troço do antigo Castelo/Forte de Alvor, Portimão. **Fonte:** DGPC, 2017.

No entanto, é importante referir que o Castelo ou Forte de Aljezur foi transformado num jardim infantil em 1989, para a comemoração dos “800 anos da primeira conquista de Alvor aos mouros” (MAGALHÃES, 2008). Esta reutilização do espaço deixa algumas reticências quanto ao valor patrimonial e de proteção do sítio.

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A data de execução corresponde aos séculos IX e X, na transição do período Emiral para o Período Omíada (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Portimão / Alvor
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 29/84, DR, I Série, n.º 145, de 25-06-1984
Coordenadas	37° 07' N 8° 35' O

Quadro 8. Ficha Técnica do antigo Castelo/Forte de Alvor, Portimão. **Fonte:** Autora.

4.8. Concelho de Silves

4.8.1. Castelo e Muralhas de Silves (vd. Quadro 9.)

As estruturas do Castelo (Alcáçova) e da Muralha urbana estão plenamente inseridas na moderna malha urbana de Silves (vd. Figura 17.). A entrada para o Castelo faz-se pelo Largo do Castelo (GOMES; GOMES, 2001). O Castelo de Silves situa-se no ponto mais elevado da colina da cidade. Apesar de profundamente devastado por inúmeros sismos, esta fortificação é uma das mais notáveis obras de arquitetura militar durante o período islâmico no Algarve (GOMES, 2011). No interior do castelo é possível observar diversos vestígios da ocupação muçulmana, e no exterior a estátua de D. Sancho I (conquista da cidade de Silves aos árabes) (MAGALHÃES, 2008).

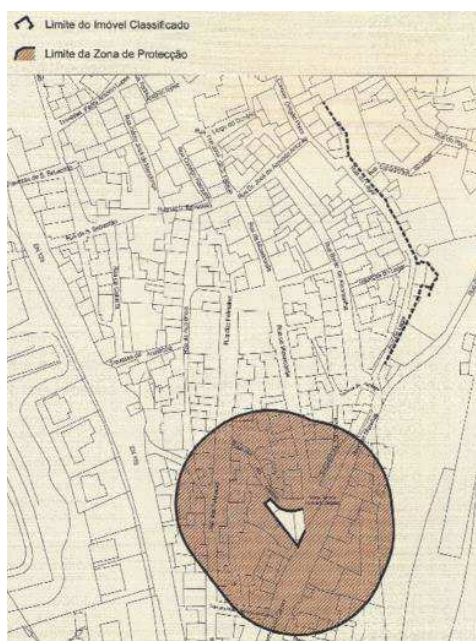


Figura 17. Limite da Zona de Proteção do Castelo e Muralhas de Silves, Silves. Fonte: Magalhães, 2008.

Foram realizadas campanhas arqueológicas durante o século XX, com uma sondagem realizada em 1993. No século XXI, foram realizadas campanhas arqueológicas de 2003 a 2007. A sequência dos trabalhos arqueológicos efetuados durante os últimos trinta anos possibilitou para o desenvolvimento de uma readaptação do sistema amuralhado (vd. Figura 18.), quer da Medina, quer da Alcáçova mas também do inúmero espólio encontrado, como as cerâmicas comuns, a produção local e regional, as cerâmicas vidradas e esmaltadas, objetos metálicos, ponta de flecha e virotes de besta (Portal do Arqueólogo, 2017).



Figura 18. Castelo e Muralhas de Silves, Silves. **Fonte:** Site Autárquico de Silves, 2017.

No século XIX, as muralhas foram reparadas à custa da população por ocasião das lutas liberais e do Movimento do Remexido. Na década de 40 do século XX, o restauro efetuado pela DGEMN na área do castelo visou recuperar algumas torres que ameaçavam ruir, bem como a colocação de ameias no remate (MAGALHÃES, 2008). Encontra-se musealizado e aberto ao público, com entrada paga (Câmara Municipal de Silves, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	As muralhas do Castelo (Alcáçova) remontam ao início do período Islâmico Ibérico nos períodos VII a VIII (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Silves / Silves
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

Ficha Técnica	
Coordenadas	37° 11.466' N 8° 26.273' O

Quadro 9. Ficha Técnica do Castelo e Muralhas de Silves, Silves. **Fonte:** Autora.

4.8.2. Poço-cisterna árabe de Silves (vd. Quadro 10.)

Localiza-se junto à muralha da Medina e muito perto da porta principal (vd. Figura 19.). O poço-cisterna almóada constituiu-se como uma obra emblemática da Silves islâmica (GOMES, 2011). Tudo nos indica que o seu papel terá tido um aspeto fundamental no abastecimento da cidade baixa (GOMES, 2001). O poço é uma estrutura monumental circular, onde o acesso interior é efetuado por uma escadaria que vai rodeando o poço em forma de espiral (DGPC, 2017).

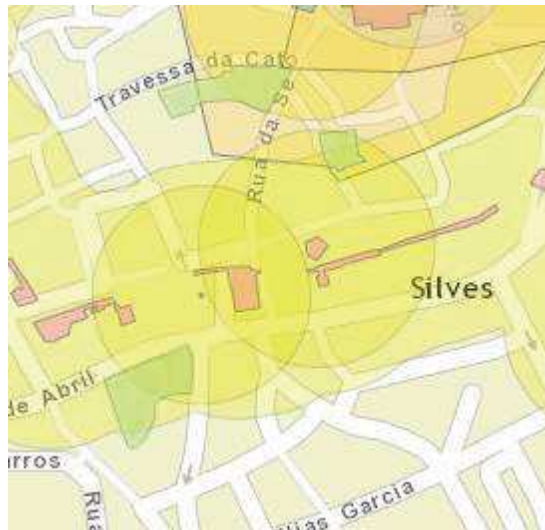


Figura 19. Limite da Zona do Poço-cisterna árabe, Silves. **Fonte:** DGPC georreferenciação, 2017.

Foi identificado em finais de 1979 durante as campanhas arqueológicas realizadas no Castelo de Silves (Portal do Arqueólogo, 2017). A sua investigação permitiu conhecer substancialmente melhor o derradeiro período de ocupação islâmica da urbe, entre as duas conquistas cristãs (1189 e 1249) (DGPC, 2017). Demonstra em bom estado de conservação e proteção por parte dos objetivos de salvaguarda do Museu (Câmara Municipal de Silves, 2017) (vd. Figura 20.).



Figura 20. Interior do museu onde se encontra o Poço-cisterna árabe, Silves. **Fonte:** DGPC, 2017.

Encontra-se atualmente musealizado, localizado no interior do Museu de Arqueologia de Silves. Aberto ao público, com entrada paga (Câmara Municipal de Silves, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arqueologia Rural e/ou Doméstica / Cisterna
Cronologia	O local onde a cisterna foi construída revelou materiais de épocas anteriores à ocupação islâmica, salientando-se um numeroso espólio atribuível aos períodos tardo-romano e visigótico-bizantino, que testemunha a continuidade de ocupação pela Alta Idade Média. Foi nos finais do século XII e início do século XIII que este espaço adquiriu a atual forma (DGPC, 2017).
Divisão Administrativa	Faro / Silves / Silves
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990
Coordenadas	37° 11'20.48" N, 8°26'20.52" W

Quadro 10. Ficha Técnica do Poço-cisterna árabe, Silves. **Fonte:** Autora.

4.8.3. Castelo de Alcantarilha (vd. Quadro 11.)

O Castelo de Alcantarilha está localizado num espaço urbanizado entre a Travessa do Castelo e o Largo General Humberto Delgado (vd. Figura 21.) (COUTINHO, 1997). Entre Faro e Silves, Alcantarilha foi uma povoação de grande importância estratégica, uma vez que se situava entre as duas capitais islâmicas da província (COUTINHO, 1997; GOMES, 2001). O pequeno troço de muralhas ainda existente é visível do pátio do mercado local e na pequena travessa do Castelo (MAGALHÃES, 2008).



Figura 21. Limite da Zona do Castelo de Alcantarilha, Silves. Fonte: DGPC georreferenciação, 2017.

Não existem campanhas arqueológicas divulgadas, mas há notícia de uma ação de restauro efetuada em 1640. Ao longo das últimas décadas, a evolução da malha urbana sacrificou extensos troços das muralhas, transformando este monumento em ruínas (MAGALHÃES, 2008) (vd. Figura 22.).



Figura 22. Vestígios de um troço do Castelo de Alcantarilha, Silves. **Fonte:** Site Autárquico de Silves, 2017.

Encontra-se localizado numa área de fácil acesso ao público, mas é quase ou nada conhecido, simplesmente dado ao abandono (Junta de Freguesia de Alcantarilha, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	Edificado durante o período islâmico, a sua função era proteger a sua população das investidas da pirataria marítima. Na segunda metade do século XVI até ao século XVIII a edificação foi restaurada (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Silves / Alcantarilha e Pêra
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público
Decreto de lei	Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977
Coordenadas	37° 07.821' N 8° 20.742' O

Quadro 11. Ficha Técnica do Castelo de Alcantarilha, Silves. **Fonte:** Autora.

4.9. Concelho de Tavira

4.9.1. Muralhas do Castelo de Tavira (vd. Quadro 12.)

As muralhas do Castelo de Tavira localizam-se na colina de Tavira, registadas pela presença de vários elementos repartidos pelas atuais freguesias de Santa Maria e Santiago (vd. **Figura 23.**). Os muçulmanos ocuparam o território de Tavira em finais do século X a inícios do XI, construindo o castelo no topo da colina. As muralhas que datam das segundas Taifas foram, pelos almóadas, providas de torres em taipa militar e revestidas por um pano de alvenaria (MAIA, 2012).

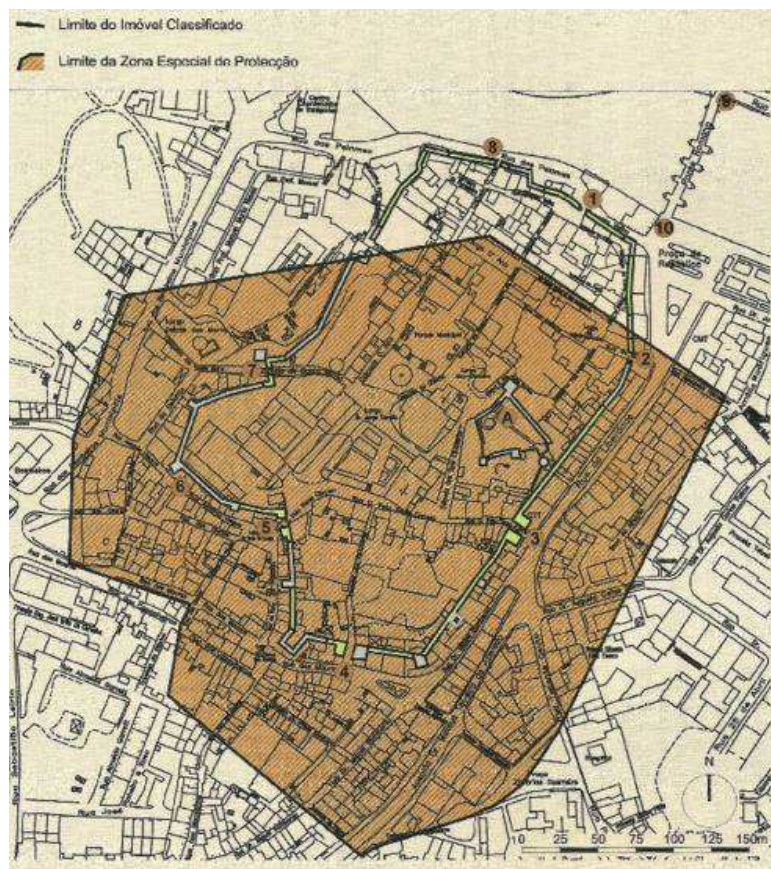


Figura 23. Limite da Zona das Muralhas do Castelo de Tavira, Tavira. **Fonte:** Magalhães, 2008.

No âmbito de projetos da Câmara Municipal de Tavira consta-se a realização de sondagens que revelaram enterramentos permitindo atribuir cronologias. A totalidade dos trabalhos arqueológicos permitiram estabelecer dados para o estabelecimento de populações neste local (MAIA, 2012). Entre 2000 e 2002, registaram-se obras para consolidação dos muros do troço de muralha na Rua Detrás dos Muros. É nesta altura que é consolidado o troço na Travessa dos Pelames. Os troços da muralha existentes encontram-se em bom estado de conservação (MAGALHÃES, 2008) (vd. **Figura 24.**).



Figura 24. Entrada para as Muralhas do Castelo de Tavira, Tavira. Fonte: DGPC, 2017.

Em 1938, a Câmara de Tavira adquire o terreno do castelo, projetando fazer aí um miradouro. Recentemente, foi aberta a partir da Rua da Liberdade uma escadaria que acede diretamente à torre polifacetada do castelo (MAGALHÃES, 2008).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Militar / Castelo
Cronologia	A data de execução corresponde aos finais do século XI e inícios do XII, período atribuído às segundas Taifas (MAIA, 2012).
Divisão Administrativa	Faro / Tavira / Tavira (Santa Maria e Santiago)
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Monumento Nacional
Decreto de lei	Decreto n.º 17/2014, DR, 1.ª série, n.º 94, de 16-05-2014
Coordenadas	37° 07.531' N 7° 39.109' O

Quadro 12. Ficha Técnica das Muralhas do Castelo de Tavira, Tavira. Fonte: Autora.

4.10. Concelho de Vila Real de Santo António

4.10.1. Fortaleza de Cacela Velha (vd. Quadro 13.)

A Fortaleza de Cacela Velha localiza-se no Largo da Fortaleza na freguesia de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António. Encontra-se delimitada por uma paisagem de campos cultivados alternados por matos de vegetação autóctone (vd. Figura 25.). O núcleo arquitetónico de Cacela-Velha é um dos mais importantes conjuntos patrimoniais do Algarve. O apogeu deste povoado foi atingido durante a época islâmica, que segundo as fontes árabes, aparece citado muitas vezes como Medina e/ou *hisn* (MAGALHÃES, 2008). Cacela foi a sede de um vasto território circundante durante os períodos posteriores cristãos, cujo estatuto era superior ao de Tavira (*idem*).

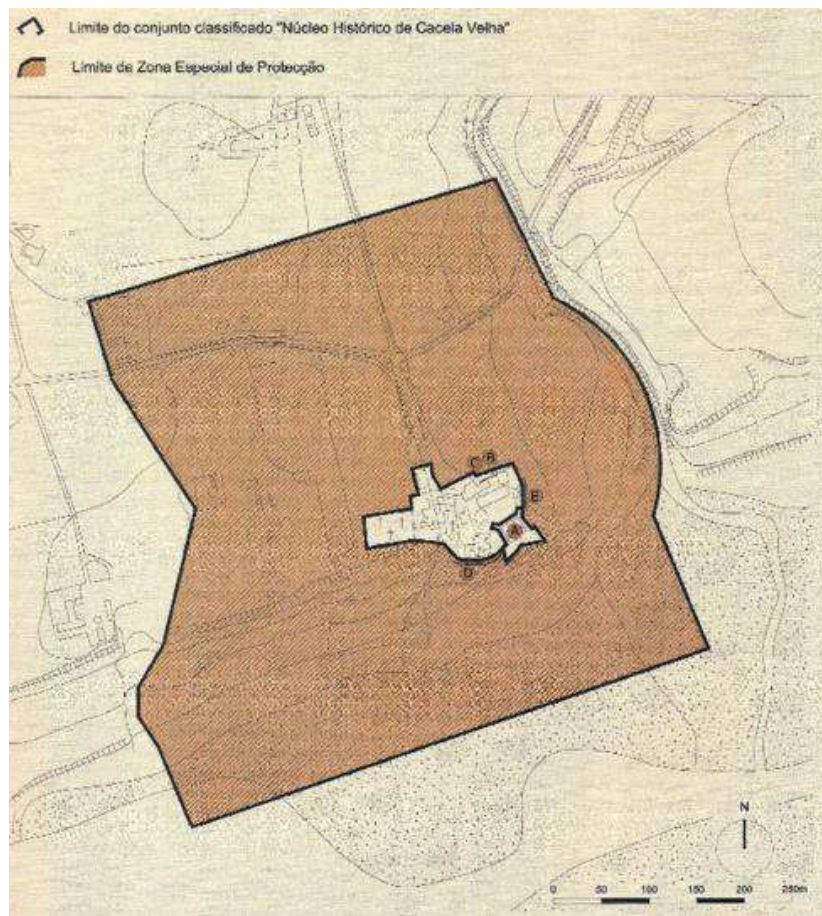


Figura 25. Limite da Zona da Fortaleza de Cacela Velha, Vila Real de Stº António. Fonte: Magalhães, 2008.

Foi alvo de levantamento do património cultural imóvel em 2001, resultante do trabalho de prospeção de campo na freguesia de Vila Nova de Cacela. Cacela Velha é um dos locais onde mais intervenções arqueológicas se realizaram, quer na Fortaleza bem como na extensão da vila (Portal do Arqueológico, 2017) (vd. Figura 26.).



Figura 26. Fortaleza de Cacela Velha, Vila Real de Stº António. **Fonte:** Site Autárquico de Vila Real de Stº António, 2017.

Apresenta um centro histórico patrimonialmente homogéneo e bem preservado. Desde 1897, a fortaleza funciona como posto gerido pela Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana, a chamada GNR (MAGALHÃES, 2008). Cacela Velha confere um estatuto cimeiro nas rotas do património e do ambiente natural. Para chegar à praia os veraneantes recorrem ao serviço de barqueiros que os transportam numa rápida viagem através da ria (Autarquia de Vila Real de Santo António, 2017).

Ficha Técnica	
Categoria / Tipologia	Arquitetura Mista / Centro Histórico
Cronologia	Desconhecemos a data exata da fundação da atual estrutura, que terá utilizado uma existência pré-medieval. No período islâmico, a fortaleza poderá corresponder aos séculos XI, XII e XIII, devido à descoberta de um troço de muralha de alvenaria no âmbito das obras para a construção de uma moradia (MAGALHÃES, 2008).
Divisão Administrativa	Faro / Vila Real de Santo António / Vila Nova de Cacela
Situação Atual	Classificado
Categoria de Proteção	Imóvel de Interesse Público

Ficha Técnica	
Decreto de lei	Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996
Coordenadas	37° 8' 36" N 7° 34' 3" O

Quadro 13. Ficha Técnica da Fortaleza de Cacula Velha, Vila Real de Stº António. Fonte: Autora.

5. Discussão e Conclusão

Ao pensarmos num plano de interpretação geral do património islâmico do Algarve, tivemos que procurar em primeiro lugar as identidades históricas regionais e, só depois partir para as suas singularidades culturais locais, entre eles, Património Construído e Sítios Arqueológicos, ambos classificados pela DGPC.

Há características e presenças culturais no Algarve que imediatamente nos informam de um passado com uma forte presença islâmica e que nos transmitem mensagens para a urgência de salvaguarda e divulgação. Assim, as fichas técnicas não visam só salvaguardar e divulgar mas também proferir uma interpretação pormenorizada sobre cada monumento classificado. Poderá ser encarado, igualmente, como um instrumento de comunicação entre o património e quem o visita e, como também, poderá ajudar, enquanto processo de aprendizagem, a uma melhor compreensão do que nos rodeia.

“O valor do património arquitetónico não reside apenas na sua aparência, mas na integridade de todos os seus componentes, como produto único do seu tempo.”

Cultura Norte, 2017.

Através dos dados analisados, poderemos concluir que certos sítios islâmicos, apesar de classificados e com uma evidente zona de proteção selecionada, não existe qualquer tipo de controlo na salvaguarda, valorização e preservação das estruturas. Tal ocorrência sucede-se, por exemplo, no sítio arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce em que devido à elevada concentração de vegetação densa e sobreiros, não se encontra visível, dado ao abandonado durante muitos anos, sem qualquer apoio de reabilitação e proteção por parte de entidades e instituições municipais. Felizmente, várias sondagens e escavações arqueológicas têm sido realizadas no último ano, proporcionando um melhor entendimento sobre a funcionalidade do sítio, ainda que permaneça em ruínas devido ao seu longo estado de deterioração.

O mesmo acontece com o Castelo ou Forte de Alvor e o Castelo de Alcantarilha que têm sido sucessivamente ameaçados pela intensa pressão urbanística bem como pela falta de iniciativas de valorização deste património islâmico. Respetivamente aos outros exemplos podemos observar o contrário, uma vez que existe não só o apoio por parte das entidades autárquicas, como também na existência de iniciativas de musealização e divulgação.

“Fragmentar as entidades que hoje asseguram a defesa do património, repetindo à exaustão a falsidade que as entidades da administração central que tutelam o património com autonomia e liberdade são gigantes ingovernáveis, é apenas pôr em causa o futuro deste mesmo património, subjugando o interesse nacional aos interesses imediatos. Em vez de se fortalecer o legado patrimonial que herdamos, procura-se agora o caminho contrário, o que em nada nos pode orgulhar.”

Vassalo e Silva, 2017.

Explicar o património interpretando-o, enquanto bem cultural e de todos, é requalificá-lo e integrá-lo nas vivências e memórias dos cidadãos. É dar-lhe vida própria, é animá-lo e atribuir-lhe a qualidade de visita, da mensagem, cultural, cívico, económico e territorial. É um património que faz parte de nós, do nosso passado histórico e cultural, bem como também do nosso presente, pois sem o passado não há presente e sem o presente não há passado. No fundo, o passado contribui para o que somos no presente, e não deveremos, enquanto cidadãos, ignorá-lo.

“Esta não é uma história simplista entre centralização e descentralização, mas sem dúvida que nos questiona sobre a capacidade de intervirmos no que desejamos para o futuro de todos que, deste modo, apenas se vai dispersar e enfraquecer.”

Vassalo e Silva, 2017.

BIBLIOGRAFIA

AAVV - **Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado – Distrito de Faro**. Lisboa: IPPAR, 1993. ISBN 972-95814-2-8

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - Arte Moçárabe e da Reconquista. In **História da Arte em Portugal. Vol. 2: A Arte da Alta Idade Média**. Lisboa: Publicações Alfa, 1986. ISBN B. 10516-1986

AMARAL, Maria da Conceição - **Caminhos do Gharb – Estratégias de interpretação do património islâmico no Algarve: o caso de Faro e de Silves**. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002.

ÁVILA, Maria Luísa; MARÍN, Manuela - **Biografías y género biográfico en el Occidente Islâmico**. Madrid: Estudios onomástico-biográficos de Al-Andalus VIII, 1997. ISBN 978-84-00-07645-0

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques de – **Toponímia moçárabe em Portugal**. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 1994.

CATARINO, Helena - Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspetiva. **O Arqueólogo Português**, série IV, vol. 13/15, (1995), p. 457-484.

CATARINO, Helena - **Castelo Velho de Alcoutim, As ruínas de uma fortificação islâmica**. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, 2004.

COUTINHO, Valdemar - **Castelos, fortalezas e torres da região do Algarve**. Faro: Algarve em Foco Editora, 1997.

COUTINHO, Valdemar - **Centros históricos de influência Islâmica**. Portimão: Instituto de Cultura Íbero-Atlântica, 2001.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela - **O ribat da Arrifana (Aljezur)**. Ed. 1. Albufeira: Câmara Municipal de Albufeira, 2008. ISBN 978-972-8124-33-5

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela - **Palácio Almoada da Alcáçova de Silves**. Ed. 1. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2001. ISBN 972-776-100-3

GOMES, Rosa Varela - **Itinerário Islâmico de Silves – Silves Muçulmana – séculos XII-XIII**. Ed. 1. Portimão: Centros Históricos de Influência Islâmica, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. 2001.

GOMES, Rosa Varela - **Silves (Xelb) – Uma Cidade do Gharb al-Andalus. A Zona da Arrochela. O Espaço e o Quotidiano**. Ed. 1. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2011. ISBN 978-989-8052-22-3

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana - Intervenção arqueológica na Mesquita / Igreja Matriz de Mértola. In **Mértola Arqueológica 2003-2008. Cadernos de Mértola/Mértola Vila Museu**. Mértola: Câmara Municipal de Mértola, 2008, p. 6-17. ISBN 978-972-9375-30-9

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana - A loiça dourada de Mértola. **Arqueologia Medieval**, nº5, 1997, p. 137-162. ISSN 0872-2250

GONÇALVES, Anabela - **Castelo de Paderne, Passado, Presente e Futuro**. Faro: Universidade do Algarve, 2002.

LAMEIRA, Sandra - **A Preservação, Conservação e Valorização do Património Cultural em Portugal**. Lisboa: Instituto para a Qualidade na Formação, I.P., 2006. ISBN 972-8619-76-6

MAGALHÃES, Natércia - **Algarve: Castelos, Cercas e Fortalezas**. Faro: Letras Várias, Edições e Artes, 2008. ISBN 9789899597402

MAGALHÃES, Natércia - **O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve**. *El legado arquitectónico islâmico en el Algarve*. Edição bilingue em português e espanhol. Faro: Direção Regional do IPPAR, D.L., 2002. ISBN 972-8736-13-4

MAIA, Manuel; MAIA, Maria - **Tavira Islâmica**. Núcleo Islâmico, Museu Municipal de Tavira. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2012.

MATOS, José Luís - **Lisboa islâmica**. Lisboa: Instituto Camões, 1999. ISBN 9789725662045

MATOS, Manuel - **A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo**. Lisboa: Edições Távola redonda, 1999. ISBN 972-9366-15-2

MATTOSO, José - Os moçárabes. **Revista Lusitana**, Nova Série 6, 1985, p. 5-24. ISSN 0870-0206

MEDINA, João - **História de Portugal, dos tempos pré-históricos até aos nossos dias**. Amadora: Club Internacional do livro, 1997. ISBN 844080105X

SIDARUS, Adel - **Islão e Arabismo na Península Ibérica** (ed.). Atas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islâmólogos. Évora: Universidade de Évora, 1986. ISSN 1697-2104

SIDARUS, Adel - Arabismo e traduções árabes em meios luso-moçárabes (Breves apontamentos). **Collectanea Christiana Orientalia** 2, 2005, p. 207-223. ISBN 978-1-61143-998-4

TAVEIRA, Catarina - **A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano**. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.

VEIGA, Estácio da - **Antiguidades Monumentaes do Algarve**. Tempos prehistoricos, 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

VEIGA, Estácio da - **Antiguidades Monumentaes do Algarve**. Tempos prehistoricos, 4. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

VEIGA, Estácio da - Projecto de legenda symbolica para a elaboração e interpretação da Carta de Archeologia Historica do Algarve. **Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes**, 11, 1887, p. 3-7.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Cultura Norte. **Intervenções e obras no património.** [Em linha] [Consult. a 20 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/intervencoes-e-obras-no-patrimonio/>](http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/intervencoes-e-obras-no-patrimonio/).

Direção Geral do Património Cultural. **Legislação sobre Património.** [Em linha] [Consult. de 10 a 11 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>](http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/).

Direção Geral do Património Cultural. **Pesquisa Georreferenciada.** [Em linha] [Consult. de 8 a 15 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/georeferenciada/>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/georeferenciada/).

Direção Geral do Património Cultural. **Pesquisa do Património Classificado ou em vias de Classificação.** [Em linha] [Consult. de 8 a 15 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: [<URL: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/).

Portal do Arqueólogo. **Pesquisa de sítios arqueológicos.** [Em linha] [Consult. de 7 de Outubro de 2017 a 20 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>.

Site Autárquico de Alcoutim. **Castelo Velho.** [Em linha] [Consult. a 13 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: <http://cm-alcoutim.pt/pt/500/castelo-velho.aspx>.

Site Autárquico de Albufeira. **O Castelo de Paderne.** [Em linha] [Consult. a 14 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: <https://www.cm-albufeira.pt/content/o-castelo-de-paderne>.

Site Autárquico de Aljezur. **Aljezur na História.** [Em linha] [Consult. a 22 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: <http://www.cm-aljezur.pt/pt/%20113/aljezur-na-historia.aspx>.

Site Autárquico de Aljezur. **O Ríbat da Arrifana (Aljezur – Algarve).** [Em linha] [Consult. a 22 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: <http://www.cm-aljezur.pt/pt/%20170/or-%C3%AEbat-da-arreifana-aljezur---algarve.aspx>.

Site Autárquico de Faro. **Muralhas.** [Em linha] [Consult. a 28 de Outubro de 2017]. Disponível na WWW: <http://www.cm-faro.pt/6839/muralhas.aspx>.

Site Autárquico de Loulé. **Castelo de Loulé.** [Em linha] [Consult. a 1 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <http://www.cm-loule.pt/pt/150/castelo-de-loule.aspx>.

Site Autárquico de Monchique. **Sítio Arqueológico do Cerro do Castelo de Alferce.** [Em linha] [Consult. a 3 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <http://www.cm-monchique.pt/pt/menu/478/sitio-arqueologico-do-cerro-do-castelo-de-alferce.aspx>.

Site Autárquico de Silves. **Castelo de Silves.** [Em linha] [Consult. a 4 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <http://www.cm-silves.pt/pt/menu/106/castelo-de-silves.aspx>.

Site Autárquico de Silves. **História.** [Em linha] [Consult. a 4 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <http://www.cm-silves.pt/pt/menu/89/historia.aspx>.

Site Autárquico de Silves. **Museu Municipal de Arqueologia de Silves**. [Em linha] [Consult. a 4 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://cm-silves.pt/pt/menu/547/museu-municipal-de-arqueologia-de-silves.aspx>>.

Site Autárquico de Portimão. **História**. [Em linha] [Consult. a 5 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.cm-portimao.pt/features/historia>>.

Site Autárquico de Tavira. **Património Arqueológico**. [Em linha] [Consult. a 19 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cm-tavira.pt/site/node/446>>.

Site Autárquico de Vila Real de Santo António. **Fortaleza de Cacela Velha**. [Em linha] [Consult. a 19 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cm-vrsa.pt/pt/menu/654/fortaleza-de-cacela-velha.aspx>>.

VASSALLO E SILVA, Nuno. *Por um património cultural uno e protegido*. **Diário de Notícias, Fevereiro de 2017**. [Em linha] [Consult. a 20 de Novembro de 2017]. Disponível na WWW: <URL: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/por-um-patrimonio-cultural-uno-e-protegido-5645196.html>>.